

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “A.P.P.A.C.D.M. – Associação portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental”, que compreendem o balanço em 31/12/2017 (que evidencia um total de 3.317.165,05 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.926.952,79 euros, incluindo um resultado líquido de 6.038,78 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Base para a opinião com reservas”, e às conclusões inscritas na secção “Apreciação de outros requisitos legais e regulamentares” as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Esta Certificação Legal de Contas reverte a Declaração de Impossibilidade de Certificação emitida em 12 de março de 2018 para ser presente `Assembleia geral de 17.3.2018.

Bases para a opinião com reservas

- 1) Foi regularizado no exercício o registo predial dos direitos de propriedade do património imobiliário da Instituição, não tendo a valorização de alguns bens doados sido feita ao justo valor, não sendo possível quantificar o aumento no ativo líquido e nos capitais próprio que poderá resultar deste ajustamento.
- 2) A inventariação individualizada dos ativos fixos tangíveis e o seu reconhecimento contabilístico individualizado não está ainda completa.
- 3) Existem 2 processos disciplinares visando o despedimento de 2 quadros da instituição, para os quais não está prevista qualquer provisão para eventual indemnização

- 4) As contas não foram subscritas pela contabilista certificada da Instituição durante todo o ano de 2017, suspensão pela Direção já em 2018, não sendo conhecidos os motivos que levaram à sua suspensão e ao processo disciplinar instalado e ainda em curso, havendo incerteza se estão ou relacionados com a matéria deste Relatório e Contas. As contas foram subscritas por Contabilista Certificado contratado já em 2018 pela Direção empossada.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As contas foram elaboradas no pressuposto da continuidade. A continuidade é uma expectativa de que a instituição não vai ver a sua atividade interrompida. Embora os capitais próprios positivos da instituição e o reequilíbrio de exploração conseguido nos últimos 5 anos, o clima social degradou-se com a instabilidade governativa, pelo que o peso do Passivo Exigível, relativo a créditos dos trabalhadores por salários em atraso aos colaboradores da APPACDM, originados em 2010 e 2011, (alguns deles pagos e substituídos por outros em 2012 e 2013 no passivo), a lentidão do reembolso dos créditos de fornecedores do imobilizado originados em 2010 e 2011, e ainda o Crédito do Instituto de Emprego, originado antes de 2008, são fatores que importa controlar ou resolver para não colocarem em causa a continuidade da instituição.

Ênfases

No ponto 16.1. do anexo ao balanço refere-se que as dívidas por subsídios, salários e encargos não processados se reportam a 2011 e 2013. Estas dívidas foram originadas por salários e subsídios não processados nem pagos em 2010 e 2011, tendo em 2012 e 2013 sido substituídas pelos processamentos e pagamentos então efetuados, tendo sido processadas as mais antigas, de 2010 e 2011, e ficado por processar as 2012 e 2013 em substituição daquelas.

Em comunicado público divulgado em 22.1.2018 a Direção empossada afirmou aos pais e sócios da APPACDM (que constituem a AG da Instituição) a existência de uma dívida brutal oculta à segurança social. No relatório de gestão e contas anexo, esta asserção não é confirmada nem desmentida pelo órgão de gestão.

Contudo, na “Declaração do Órgão de Gestão” (DOG) que me foi entregue, nos termos da lei, a Direção assume ter havida uma incorreção de comunicação ao efetuar esta afirmação pública e declara que os valores em causa estão relacionados com os subsídios e salários ainda não processados aos trabalhadores, mas reconhece que estes sempre estiveram devidamente estimados e evidenciados nas demonstrações financeiras da instituição desde 2010 e 2011. Esta informação é relevante para a apreciação das contas em análise, estando estimadas todas as dívidas à Segurança Social e aos trabalhadores por salários em dívida.

Relativamente à informação contida no mesmo comunicado público de terem recebidos cerca de um milhão de euros pelas anteriores direções, na mesma DOG que me foi entregue, a Direção subscritora deste Relatório e Contas declara não ter conhecimento de qualquer subsídio ou outra receita que tenha sido paga à instituição e não relevada nas contas. O desfazer das dúvidas suscitadas por este comunicado público, não contidas no Relatório e contas, parece-nos relevante para a apreciação e análise das contas, não havendo qualquer subsídio processado à instituição que não tenha sido devidamente relevado nos contas.

Relativamente ao Plano e Orçamento a que submete a sua gestão, e embora a este respeito nada seja dito no Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, a Direção subscritora deste relatório assume na DOG que me foi apresentada, cumprir o Plano e Orçamento aprovado pela Assembleia Geral para 2018 e apresentado pela direção eleita em 2017 e desempossada, comprometendo-se a submeter aos associados a apreciação de quaisquer medidas que sejam diferentes das previstas no referido plano e orçamento. Esta informação parece-nos relevante sobre o objetivo de informar a Assembleia Geral sobre a evolução previsível da Entidade.

Na mesma DOG que nos foi presente, a Direção subscritora deste relatório, assume que na realização de qualquer investimento se submete às restrições contidas no Plano e Orçamento para 2018 aprovadas pela Assembleia Geral em 2017.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

- relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, exceto nos seguintes pontos:

a) âmbito e duração do mandato da Direção empossada

No ponto 1.2. da DOG que nos foi entregue a Direção empossada assume que o empossamento verificado em 17 de Dezembro de 2017, não se limita à gestão corrente e convocatória de eleições. Assume que irá cumprir o mandato de acordo com os estatutos (?) situação que não nos parece esclarecer qual o âmbito e duração do mandato para que se consideram investidos.

O nosso entendimento é que a ação e a sentença que teve como efeito a reposição da situação governativa da instituição prévia às eleições de 2011, apenas visava a impugnação do ato eleitoral impugnado, não visava nem anula a situação de auto-demissão de todos os órgãos sociais apresentada em 2 de Novembro de 2011, a qual condiciona o âmbito e a duração da atividade da direção, restringindo-o à mera gestão corrente e à convocação de eleições para corrigir o erro do ato eleitoral, com o qual a direção eleita em 2017 nada tem a ver.

A convocatória e implementação das eleições de 2011 decorreram sob a responsabilidade dos órgãos sociais então em exercício, embora demissionários, agora reempossados nada tendo os órgãos sociais eleitos em 2017 a ver com a situação contestada.

Este nosso entendimento, ou a justificação do seu contrario, deveria constar do Relatório da Direção pois condiciona a evolução prevista para a Instituição, e o reencontro com o clima indispensável ao cumprimento da sua missão.

b) Cumprimento dos estatutos

Não foi dado provimento aos pedidos de convocação de Assembleia Geral, pedidos pelos sócios quer ao órgão Direção quer ao Conselho Fiscal empossado, nos termos dos Estatutos.

Braga, 30 de Maio de 2018

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC

Representada por:



(Arminio Fernandes da Costa – ROC nº423)